

DESEJO DE SÃO PAULO

São Paulo tem sido constantemente identificada com o caos urbano. A relação que de pronto se estabelece é com a desqualificação, a depredação, a violência, a destruição.

Tem se investido pouco em manifestar o desejo de São Paulo. Vivemos nesta cidade por um determinismo economicista que nos fez prisioneiros? Esperamos algo desta cidade? Temos esperança em São Paulo?

Qualquer cidadão que se dê um tempo para olhar a cidade em seu presente certamente pensará algo para seu futuro. Gostaria de caracterizar esse olhar como: **desejo de São Paulo** e por a cada um e a mim mesma a pergunta, **o que desejo de São Paulo?**

Ao tentar responder aparece forte a complexidade. Trata-se do desejo de algo novo, que ainda não existe? Trata-se do desejo de que algo deixe de existir, ou mesmo de que algo permaneça? Explico-me. A multiplicidade desta São Paulo é tão grande que, buscar acesso ao novo pode significar menos superar uma **ausência** de criação e mais contrapor-se à **impossibilidade** em acercar-se do que já está existindo. Esta impossibilidade pode ser geográfica, de tempo disponível, de incapacidade de custeio, de ausência de conhecimento, ou de ausência do próprio desejo, entre outros graves motivos.

Quero dizer que São Paulo tem excelentes condições de vida, em alguns lugares; ótimas opções, para algumas pessoas; alta modernidade, em pequena quantidade.

Responder a pergunta inicial exige um complemento: trata-se de um desejo pessoal ou de um desejo coletivo? Considero que aqui reside a base da equação paulistana: desejamos afinal **São Paulo para quem?**

Responder a esta questão supõe duas outras perguntas: que tipo de sociedade queremos para o futuro, ou ainda, o que as pessoas querem sobre suas vidas.

Muito já se falou da cidade do ponto de vista de classe. Para uns, os trabalhadores, era a cidade do sobrado-geminado, TV na sala e ônibus elétrico de preferência na porta. Para outros, industriais e banqueiros, ela se formou de mansões cercadas por jardins, piscinas e cadilacs. Ocorre que este desenho, que tem mais de 30

anos, ficou decadente. A polaridade entre o sobradinho-geminado e a mansão da avenida foi alterada consideravelmente.

A ostentação da riqueza relegou as casas luxuosas ao uso comercial ou destinou seus valorizados terrenos a prédios de “finos” apartamentos, um por andar, ou a edifícios inteligentes de uso comercial, concebidos sob a era da informática. Os campos de concentração de riqueza – conglomerados de vilas em modelos alpha, beta, gama – adotaram tecnologia de ponta em sua vigilância. São cuidados voltados para impedir a entrada (invasão) de “estranhos” e não evasão dos prisioneiros, como seus repudiados homônimos históricos.

Em muitos dos finos e inteligentes edifícios é exigido para ter ingresso quase que um currículo, em claro conflito com o direito constitucional de ir e vir. Aparatos fascistóides não acreditam na palavra de quem diz o nome, querem o endereço e confiscam o documento de identidade, trocando-o pela plaqueta discriminatória: VISITANTE¹.

As favelas que, em São Paulo, nunca tiveram a musicalidade das irmãs cariocas assentadas nos morros, multiplicaram-se ao longo dos córregos ou ocuparam as perigosas encostas de terrenos siltosos. Para estes, os riscos não são de invasão, mas de sobrevivência. Vivem em uma das 250 áreas de riscos de uma cidade que não dispõe do mais que urgente Programa de Segurança Urbana para monitoramento de enchentes, desabamentos, acidentes, etc. O que se deixou implantado até 92 foi congelado. No processo de produção do espaço urbano esta população favelada é segregada e jogada aos espaços circunscritos a riscos e violências.

Estima-se que quase 20% da população paulistana viva em favelas, demandando cerca de 350 mil habitações. Aguça a nova e precária polaridade habitacional se for acrescido a este cenário a multiplicidade dos cortiços que nunca foram recenseados. Podem variar de 83 mil (IBGE) a 600 mil (SEHAB) moradores, mas diversos técnicos estimam que podem chegar a volta de 1,5 milhão os seus habitantes.

¹ Prepare-se para reagir ao comando obrigatório dos porteiros em propor o uso do elevador de serviço. Afinal, conseguimos aprovar a Lei nº 11.995 que impede mais essa discriminação. Essa legislação determina que o elevador **social**, originalmente uma criação típica do conservadorismo nacional, é meio de transporte coletivo e vertical e não exclusividade de proprietários.

É uma cidade que, apesar de contar com mais de mil km de córregos, além dos rios Tietê, Tamandatei, Cabuçu, não tem um Plano de Drenagem ou um Plano Diretor das Águas. A cidade, impermeabilizada pelo asfalto – desejado e demandado por todos –, não conta com uma bacia de captação compatível com as águas do verão. Comporta-se como um quintal cimentado sem ralo de escoamento.

Faz parte do cenário de exclusão da cidade o crescimento da população nômade, gerando um outro tipo de arquitetura, anárquica e desregulamentada. São os cerca de 10.000 habitantes, entre adultos, crianças e adolescentes, que vivem nos (des)vãos da arquitetura da cidade. Estes locais são cada vez mais cercados por grades, para permitir a separação dos “homens de bem” dos “homens de rua”. São adultos e crianças que expõem cotidianamente ao público sua privacidade e são naturalizados na paisagem urbana, como postes ou sarjetas, sem adquirir o estatuto de cidadãos paulistanos.

O sobradinho operário na nova arquitetura de final de século foi dissolvido em distantes prédios de quatro andares em **cohabit**ação, cujo valor da prestação mensal chega a quase 3 salários mínimos. A opção é a de construções multiplicadas em favelas – usando do madeirit à alvenaria de pequenos edifícios para famílias múltiplas – e em explosões de cortiços nos bairros centrais.

Morar em edifício é um desígnio do homem metropolitano (e do capital), como diz Maria Adélia de Souza. Esta forma de uso vertical do espaço acelera a relação espaço/tempo definida no mercado pela disponibilidade de renda.

Espalhados em 96 distritos os 2,6 milhões de domicílios “regulares” de São Paulo (IBGE/1991) distribuem-se em cerca de 15 mil km de ruas, percorridas por 11.500 ônibus que transportam 160 milhões de passageiros/mês, a uma velocidade média de 16 km/h. A malha metroviária atende a sétima parte do necessário. Em 25 anos a cidade construiu somente 50 dos 350 km que precisa de metrô.

O tempo útil do cidadão é tanto pior, ou melhor, de acordo com o tempo que gasta para se transportar de um canto ao outro da cidade. Os veículos privados crescem em circulação pela ausência de competentes e sérias políticas de transporte coletivo. Em horário de pico, a velocidade média dos modernos carros japoneses, coreanos e americanos, que invadiram São Paulo, no novo cenário neoliberal, não ultrapassa os 15

km/hora. São Paulo hoje dispõe de uma moderna frota de veículos para caminhar no ritmo de nossos antepassados com suas carroças. O congestionamento já chegou a tal ponto que fica diluída a noção de pico ou rush. Na atual São Paulo toda hora é “hora de rush”. Ficar em casa, sair de casa ou ir para casa são todas situações complexas.

A cidade privada, para estabelecer a faixa de renda do cidadão, contabiliza eletrodomésticos e banheiros disponíveis por habitação. À geladeira e o fogão – essenciais ao aparato doméstico – somam-se TV, vídeo, som, fax e o moderno computador. A cidade pública é carente de parques e praças, cercados de atrativos culturais e de lazer. Criança de favela não vai mais à padaria para comprar pão ou sorvete, mas para jogar video-game. A linguagem da informática atravessa o cenário da precariedade da vida cotidiana.

Nessa multiplicidade o campo dos desejos, para além do lazer, prazer e cultura, coloca em questão a segurança, a acolhida, o convívio ou ainda, magia, religião, universalidade e, por que não, consumo e qualidade de vida. A construção destes desejos, múltiplos, coletivos e pessoais, tem como ambiente necessidades, interpretações e vocações desta cidade.

São Paulo é vocacionada como mega-metrópole, pólo tecnológico, cidade dos mil povos, da mundialidade e da vivência da terceira revolução. A cidade é interpretada pela mídia, por crianças e velhos, intelectuais e populares, homens e mulheres, empresários e trabalhadores, nômades e proprietários, excluídos e incluídos, conservadores e progressistas, demandas locais e globais.

São Paulo é múltipla, ainda, em necessidades de infra-estrutura, bem-estar, comunicação, trânsito, transporte, manutenção, lazer, abastecimento, saúde, qualidade ambiental, esporte, etc.

Toda esta multiplicidade tem expressões que vão dos intelectuais às gangs, tribos, seitas, grupos organizados, empresários, formas associativas, militantes partidários, representações sindicais, movimentos sociais. Enfim, um conjunto de sujeitos coletivos que convivem num mar de sujeitos individuais com quase nada de reconhecimento de cidadania.

Como construir o desejo coletivo de São Paulo nesta feira mix de imaginários, mídia e opinião pública?

• stress da quantidade

Sentir-se oprimido em filas, em congestionamentos, falar do volume das necessidades da mega São Paulo é tema cotidiano deseje-se ou não abordá-lo.

Ela nos obriga a enxergá-la como planetária, mundial mas também, local e vizinha no cotidiano. Ela é exemplo paradigmático do grande fenômeno urbano da mega cidade.

Seria a quantidade impeditiva da qualidade? Serio o desejo de uma pequena São Paulo que se busca?

Atingir a qualidade em São Paulo passa por efetivamente assumir a sua quantidade. Este argumento é fundamental para São Paulo. A cidade não suporta mais projetos pilotos. Experiências que diluem a relação quantidade e qualidade.

É emblemático desta tese o Projeto Cingapura. Sem adentrar ao conjunto de críticas – merecidas, diga-se de passagem – esta iniciativa ofereceu a São Paulo, em 40 meses, 2 mil unidades habitacionais para a demanda já aqui apontada de 350 mil unidades. Neste ritmo, se não crescer a população favelada, levaríamos 7.000 meses ou, ainda, 580 anos para resolver a questão. Isto significa mais tempo do que a idade da cidade, desde sua fundação aos dias de hoje.

Outro exemplo é o do próprio metrô. Precisaríamos de 175 anos para concluir a rede de 350 km, caso mantivessemos o ritmo atual de 2 km/ano de expansão. Todavia é bom recordar que em 1912 a Light já instalara 189 km de trilhos de bonde em São Paulo, isto é, o triplo do que possui a atual rede metroviária.

Flavio Villaça afirma, com o que concordo, que as propostas para São Paulo têm sido marcadas pelo retrocesso. Precisamos de 3.300 creches/escolas maternas e o poder público nos últimos três anos tem ofertado a média de 10 unidades/ano. Daqui a 330 anos estes equipamentos – talvez, já esclerosados, pelo novo modo de vida – atenderão a quem?

No início da década de 70, Figueiredo Ferraz levantava a tese de que São Paulo precisava parar. Como ele, há hoje um significativo grupo de pessoas, de intelectuais a populares, que consideram que São Paulo piora pelo número dos que aqui chegam. É a

tese que propõe “fechar as portas da cidade”, como se ela fosse uma ilha com capacidade de resolver por si só seus conflitos.

Já em 1973, Paul Singer reagia a esta tese de Ferraz sobre a “concentração urbana” mostrando ser este um falso problema. Singer considerava, corretamente, que a inviabilidade da cidade provinha do atraso na adoção de medidas e não na ausência de recursos para financiá-las (Singer, 1973: 125-6). Mostrava, ainda, que o crescimento da cidade nada mais era do que o deslocamento da força de trabalho para onde mais crescia a demanda.

Há uma hostilidade regionalista expressa pelos “skin-heads” que direcionam sua discriminação aos nordestinos, apontados como “os culpados” pela explosão da cidade. A frase popular é a de que a “cidade está entupida”. No velho argumento liberal/conservador são culpabilizadas pessoas. Os que chegam são encarnados como os agentes poluidores e os causadores do stress da quantidade.

Este é o modo de ver seletivo e intolerante que discrimina – principalmente os nordestinos – e que peca por um desvio de argumento pois, se a cidade aumentou incrivelmente em habitantes ele também aumentou incrivelmente em riqueza. O que não ocorreu foi o vínculo entre um e outro crescimento. Isto é, a riqueza ampliada foi concentrada em pessoas e espaços, elitizando condições de vida, que não se distribuiu pela população e pelo território.

São Paulo do começo do século tinha pouco significado. Após os anos 30 é que ela começa a ser pensada em sua totalidade, embora sua mancha urbana ainda fosse restrita face ao seu quadro atual. São exemplos destas propostas globais: o plano das grandes avenidas de Pires do Rio, prefeito em 1925; as propostas de instalação da rede do metrô, nessa época; ou da retificação do Rio Tietê. Ocorre porém, que estas propostas não foram levadas à frente de pronto e sim com intervalos de 20, 30 ou 40 anos, quando já tinham perdido o impacto face a explosão urbana.

As soluções globais para a cidade foram subordinadas ao desejo de sinais pessoais de seus governantes. Mais ainda, a cidade é marcada por ações administrativas disparatadas, descontínuas e por um sistema de gerenciamento extremamente acanhado e pouco condizente com a complexidade de suas questões. A gestão de São Paulo não é

ainda informatizada, restando apenas 4 anos para a virada do milênio. A Câmara Municipal de São Paulo não foi informatizada até 1996. Utilizar o computador é decisão individual da cabeça e do bolso de cada um dos vereadores.

A engrenagem administrativa da cidade é fragmentada, mal articulada e semi-organizada para sua complexidade. São Paulo foi utilizada pelo múltiplos prefeitos – salvo raríssimas exceções – que faziam de sua candidatura local, estratégias de passagem, ou acidentes de percurso para alçarem-se ao cargo de governador do Estado ou presidente da república. Comprometer-se de fato com a cidade e com a população foi se tornando “desvio de interesse político com a nação”. Discute-se ainda agora, na atual campanha eleitoral de 1996, se o debate eleitoral centrará forças na questão nacional ou municipal.

De 1953 a 1975 a cidade só teve em Faria Lima um prefeito que cumpriu a gestão por 4 anos. Foram 20 anos de gestões fragmentadas como ocorreu durante os mandatos dos governadores interventores dos anos 30 e 40. Setúbal retoma esse feito, que é reproduzido por Jânio, Luiza Erundina e Maluf. A experiência de São Paulo até os anos 80 é portanto de gestões fragmentadas, com fragilidade de continuidade de propostas e de ausência de Plano Diretor a dar garantias de quantidade e qualidade dos que aqui vivem. Sem respaldo de propostas globais, a gestão da cidade fica presa a respostas pontuais.

Trata-se politicamente São Paulo como se fosse um Estado, todavia pratica-se a sua gestão com processos de quase meio século atrás. Embora a expansão dos últimos 50 anos, a concepção de São Paulo, enquanto cidade propriamente dita, ficou restrita aos limites da região Sudoeste. A exemplo Flávio Villaça, pesquisou aleatoriamente 20 exemplares da Folha de S. Paulo – cadernos São Paulo – no período de 1993/94 e identificou que 75% das menções se referiam a áreas dentro do quadrante Sudoeste da cidade.

Os habitantes de São Paulo não têm uma visão de totalidade da cidade. O entorno a este núcleo primordial, o sudoeste, é clandestino à noção de cidade. Quantos de nós já esteve no distrito do Lajeado, Jardim Ângela ou São Domingos?

O desejo de São Paulo é fragmentado, parcial e não global. Falta à opinião pública da cidade a visão de sua totalidade.

Este argumento fica patente já no final dos anos 40 e começo dos anos 50. Era só o núcleo central da cidade que atingia a concepção de bairro. Alçar este estatuto supunha um conjunto de pré-condições formais de qualidade do assentamento. Os novos habitantes que chegavam a São Paulo eram dirigidos às **vilas**, fruto de novos loteamentos pouco regulares e sem a infra-estrutura preconizada para os bairros dos “paulistanos da gema”.

Esta forma predatória de crescimento, que já traduzia a anulação da “guetização” da população, foi monitorada pela especulação imobiliária da cidade. O núcleo central, cercado por chácaras, expulsou para um terceiro circuito da cidade as novas “vilas-operárias”. Estas não se construía mais junto às fábricas, como no começo do século, mas na periferia e erguidas pelas mãos dos próprio trabalhador em suas “horas de lazer”, nos finais de semana.

A luta das vilas para se agregarem à cidade e terem condições de bairros, deu margem para a eleição histórica de Jânio Quadros, que foi capaz então de vocalizar esta demanda. Em 1948, Quadros ingressou na política de São Paulo, sendo eleito vereador com o implacável número de 284.922 votos num total de 432.120 eleitores, em uma cidade com então 2,6 milhões de habitantes. Nesse momento Jânio se alia com as forças progressistas que compunham o Partido Social Brasileiro (PSB) e o Partido Democrático Cristão (PDC). Posteriormente, sua candidatura a prefeito é vitoriosa com 300 mil votos, contra os 115 mil do candidato conservador e adhemarista.

O começo do municipalismo em São Paulo foi condensado nesta primeira eleição a prefeito e após a constituição municipalista de 1946. Assim, o no ano de 1953, catalisou a luta entre adhemarismo e janismo na cidade. Esta oposição vai se estender anos a fio, tendo Jânio Quadros concluindo seu último mandato como prefeito há menos de 10 anos (1988). É interessante ressaltar que em entrevistas em 1974, Jânio Quadros dizia que, quando prefeito (1953) São Paulo já estava perdida. (Sposati, 1988:167).

Neste período Pe. Lebrecht vem à São Paulo e afirma o mesmo, isto é, São Paulo precisaria “começar de novo” para sanar o “caos urbano” em que se tornara.

Toledo Piza, que sucedeu Jânio Quadros – e assumiu face a renúncia de Lino de Mattos – pôs em questão, pela primeira vez na história da cidade, a constituição de

Conselhos Distritais. Desta forma, Piza busca dar identidade entre as Sociedades Amigos e o poder público (Sposati, 1988:68/9). Este é o chamado “período de ouro” das Sociedades Amigos, como entidades representativas dos interesses comunitários.

Piza propõe também, em 1956, a criação de 20 subprefeituras, descentralizando a ação municipal. Esta proposta, que teve vida curta, só foi retomada em 1965 por Faria Lima mas com desenho político-administrativo reduzido. Agora, não são mais subprefeituras mas sim, 7 administrações regionais, forma de administração local limitada a pequenos serviços de manutenção. Este modelo restrito de **gestão** local vigora até hoje, embora plenamente superado face à complexidade da cidade e às demandas quantitativamente expressivas das regiões de São Paulo. A gestão da cidade também ignora as diferenças das condições de vida em seus distritos, São Paulo não é pensada ou gestada de forma policêntrica.

Esta questão só foi retomada na Lei Orgânica Municipal de 1990, que instituiu os Conselhos de Representantes Regionais e as Subprefeituras. Todavia esta proposta não saiu do papel. O trato desta questão tem se reduzido ao de reforma administrativa do aparato burocrático e não da necessária Reforma Política do Estado Municipal que exige em uma megalópole associar a dimensão metropolitana e a intraurbana e regional. Uma e outra são tratadas equivocadamente de forma acessória no modelo político de gestão. Se, de um lado carece de vontade política dos governantes para efetivar esta proposta de outro, não há demanda política instalada na sociedade que venha a exigir este passo no sentido da territorialização e metropolização da gestão de São Paulo.

As tentativas de pensar a cidade em sua totalidade ficaram aprisionadas em teses polares como as de “centro-periferia” ou na sua variante de “regiões homogêneas”. Sempre alternativas de compreender a totalidade como soma de grandes blocos interpretativos da pretensa homogeneidade e não da **unidade de heterogeneidades**.

Neste processo a construção da identidade da população dos bairros é o de subalternizar seu modo de vida a uma só monumentalidade: a São Paulo dos Jardins, dos túneis, dos monumentos e parque Ibirapuera.

É necessário para São Paulo construir a relação particularidade-universalidade numa realidade profundamente discrepante na sua relação quantidade-qualidade.

É necessária a clareza da discrepância populacional desta mega-cidade com outras cidade brasileiras e mesmo, com outros países para se entender melhor o que está em questão. São Paulo, em número de habitantes, pode ser comparada a Portugal. A população de seus distritos é maior do que a de várias cidades brasileiras (vide tabela 1)

TABELA 1

Classificação dos distritos segundo o número de habitantes (IBGE, 1991)

DISTRITO	POPULAÇÃO	DISTRITO	POPULAÇÃO
SAPOPEMBA	257.617	CIDADE TIRADENTES	96.281
CIDADE ADEMAR	230.794	ERMELINO MATARAZZO	95.609
JABAQUARA	214.350	ÁGUA RASA	95.099
SACOMÃ	211.200	JARAGUA	93.185
JARDIM SÃO LUIS	204.284	LIMÃO	90.422
BRASILÂNDIA	201.591	SÃO RAFAEL	89.862
GRAJAU	193.754	CARRÃO	87.336
CAPÃO REDONDO	193.497	JACANÃ	86.830
JARDIM ANGELA	178.373	PEDREIRA	86.001
ITAQUERA	175.366	SANTA CECILIA	85.829
CIDADE DUTRA	168.821	VILA SÔNIA	83.006
ITAIM PAULISTA	163.269	RAPOSO TAVARES	82.890
CAMPO LIMPO	159.471	CAMPO GRANDE	82.052
VILA MEDEIROS	156.140	TATUAPÉ	81.840
FREGUESIA DO Ó	152.672	GUAIANASES	81.373
PIRITUBA	152.305	PINHEIROS	78.644
SÃO LUCAS	152.036	CAMPO BELO	77.952
SÃO MATEUS	150.764	MOEMA	77.340
SANTANA	137.679	LIBERDADE	76.245
PENHA	133.006	SANTO AMARO	75.556
VILA MARIANA	132.822	MOÓCA	71.999
SAÚDE	126.596	BELA VISTA	71.825
CACHOEIRINHA	125.852	SÃO DOMINGOS	70.386
TREMEMBE	125.075	LAPA	70.319
VILA CURUCA	124.300	CONSOLAÇÃO	66.590
VILA MARIA	122.662	VILA GUILHERME	61.625
ARTUR ALVIM	118.531	IGUATEMI	59.820
JARDIM HELENA	118.381	BUTANTÃ	58.019
CANGAIBA	115.070	REPÚBLICA	57.797
VILA PRUDENTE	114.297	PARELHEIROS	55.594
LAJEADO	112.807	PARQUE DO CARMO	54.743
TUCURUVI	111.884	ALTO DE PINHEIROS	50.351
CURSINO	110.435	BELÉM	49.697
VILA MATILDE	109.023	PERUS	46.301
PERDIZES	108.840	JAGUARÉ	44.361
ITAIM BIBI	107.497	SOCORRO	43.194
MANDAQUI	104.022	VILA ANDRADE	42.576
JOSÉ BONIFÁCIO	103.712	MORUMBI	40.031
JARDIM PAULISTA	103.138	CAMBUCI	37.069
SÃO MIGUEL	102.964	BOM RETIRO	36.136
RIO PEQUENO	102.791	BRAS	33.536

PONTE RASA	102.702	JAGUARA	29.798
IPIRANGA	101.533	SÉ	27.186
VILA JACUI	101.236	VILA LEOPOLDINA	26.827
VILA FORMOSA	97.940	PARI	21.299
CIDADE LIDER	97.370	BARRA FUNDA	15.977
ARICANDUVA	96.512	ANHANGUERA	12.408
CASA VERDE	96.396	MARSILAC	5.992
		MSP	9.646.185

A comparação dos distritos com as cidades brasileiras e do Estado de São Paulo é um bom instrumento para enxergarmos esta distância (vide tabela 2).

TABELA 2

**Número de Municípios e distritos segundo seu tamanho (em mil habitantes)
Comparativo Brasil, Estado de São Paulo e Distrito da Capital**

	BRASIL		ESP		MSP/distritos	
	nº.	%	nº.	%	nº.	%
< 10 mil	1798	40,04	244	42,66	1	1,04
10 - 20	1286	28,64	126	22,03	2	2,08
20 - 50	937	20,86	105	18,36	13	13,54
50 - 80	219	4,88	32	5,59	17	17,71
80 - 100	63	1,4	15	2,62	19	19,79
100 - 200	102	2,27	25	4,37	38	39,58
200 - 300	42	0,94	13	2,27	6	6,25
300 - 500	19	0,42	5	0,87	---	---
500 - 800	11	0,24	4	0,7	---	---
800-1milh.	2	0,04	1	0,17	---	---
1 - 2 milh.	8	0,18	1	0,17	---	---
2milh. e +	4	0,09	1	0,17	---	---
TOTAL	4.491	100	572	100	96	100

Fonte: Mapa da Exclusão/Inclusão Social. PUC/SP. 1995.

Noventa por cento dos municípios brasileiros possuem uma população de até 50 mil habitantes, este número é um pouco menor, 82%, quando observamos o Estado de São Paulo. Pois bem, dos 96 distritos da cidade de São Paulo 83% possuem uma população entre 50 e 300 mil habitantes.

A cidade de São Paulo, apesar da grandeza de suas parcelas é equacionada como se fosse uma homogeneidade. Seu desenvolvimento foi sempre pensado em desenvolver vias de integração da periferia para o centro. É certo que estas vias são importantes. Mas todavia usam o conceito equivocado de dirigir a população a um só centro. É necessária uma cidade policêntrica, que faça de cada região uma cidade em sentido pleno. Na região da Campo Limpo, por exemplo, não existem comunicações transversais, só longitudinais, o que dificulta incrivelmente a comunicação entre bairros até pelo transporte privado.

A cidade foi equacionada de forma radial entre centro e bairros, o que supôs uma “equação dia-noite” para os paulistanos. O dia no centro, a noite no bairro-dormitório. O tempo de deslocamento, neste perverso modelo, consome o possível descanso de seus moradores. O acesso ao conhecimento reitera esta polaridade, a oferta de universidades

fica concentrada nas regiões de maior poder aquisitivo. Hoje, democratizar conhecimento passa pela necessidade de instalação do terceiro ciclo do ensino em regiões mais afastadas. Ao estudante do terceiro grau dos bairros-dormitórios fica o périplo de trabalhar, estudar e deslocar-se, dormindo cerca de 4 horas por noite.

A localização das universidades reproduzem no espaço, o cerceamento do acesso ao conhecimento àqueles que vivem nos “bairros-dormitórios”. Estes bairros só se dinamizam nas feiras dos finais de semana, momento que sobra para repor as condições de sobrevivência semanal da família.

Há um baixo conhecimento da territorialidade de São Paulo. Não dispomos da vulgarização até mesmo do mapa da cidade. A transmissão da geografia da cidade é oral, no boca a boca da padaria, farmácia ou posto de gasolina quando se quer chegar a um ponto desconhecido. Somente a pequena rede metroviária é que conta com serviços cartográficos para àqueles que chegam às suas estações. São Paulo não é apresentada aos estudantes ou aos seus moradores.

Quero salientar esta alienação do território paulistano para seus moradores. A própria prefeitura não possui um sistema de cadastro geoprocessado. Luiza Bataglia, em sua tese de doutorado sobre o registro fundiário brasileiro mostra o descompromisso na defesa do planejamento do espaço que marca a gestão pública brasileira. Para Bataglia, construir uma planta cadastral “é um problema técnico cuja solução, mais ou menos complexa, é sempre viável desde que o problema seja real e não apenas um pretexto para encobrir outras questões ou para inviabilizar qualquer mudança.” (Bataglia, 1995:290)

Seu trabalho mostra que a prefeitura utiliza até hoje o Sistema Cartográfico Metropolitano criado pelo GEGRAN em 1972. Sua atualização, através do GEOLOG – que constituiu o banco de dados para manter o Mapa Oficial de Cidade – foi desativado em 1982 sob alegação de que sua manutenção era cara. Foi retomada posteriormente em 1991 através da computação gráfica. Sua manutenção pela Secretaria de Finanças depende da manutenção de equipe de pessoal, o que não vem ocorrendo. Este serviço básico para pensar o espaço da vida na cidade fica submetido portanto, as vontades administrativas internas que não chegam a decisão do público. (Bataglia, 1995:235)

Considero esta análise de Bataglia exemplar para demonstrar a defasagem do sistema de informação da cidade, sua territorialização espacial e a moderna técnica capaz de confrontar a qualidade com a quantidade. Não se tem desenvolvido instrumentos analíticos da cidade que permitam ao mesmo tempo conhecer suas partes e seu todo.

Aziz Ab'Saber chama a atenção para o desconhecimento da relação entre o metabolismo urbano e a patologia urbana dos grandes problemas de São Paulo. A cidade não tem resposta para as 13 mil toneladas de lixo coletadas diariamente e não instalou até hoje, o sistema de coleta seletiva de lixo. “É preciso avaliar e perceber o volume e a diversidade daquilo que entra, daquilo que transita ou passa pelo corpo urbano e, por fim, os caminhos e os impactos, locais e sub-regionais de tudo o que está sendo excretado para os rios, para os ares, para o solo e para o subsolo”(Ab'Saber, 1995, 24)

A cidade da elite, concentrada fundamentalmente no Sudoeste do município, é referência da modernidade. Toma-se o todo pela parte. Esta parcela é a cidade hegemônica. Nela é que moram “os cidadãos”, de acordo com a visão tradicional e patrimonialista que predomina na política brasileira. Qualquer investimento aplicado nessa região é potencializado pela mídia e pela “opinião pública”. Não é atoa que o atual prefeito, Paulo Maluf, destinou R\$ 1,2 bilhões em obras viárias para esta região da cidade e apenas 147 milhões para a região leste.

A cidade real é conformada pela diversidade de padrões de qualidade de vida. Ela é dinâmica, é espaço de encontro, é o “lugar no qual se dá o acontecer solidário”, como diz Milton Santos. É espaço de encontro e organização seja pela carência seja pela luta contra a predação das condições de vida. A configuração de São Paulo é um conjunto de lugares, de conexões que precisam ser conhecidas na parte e articuladas no todo.

Desejar São Paulo é bem diverso se estamos no Itaim Bibi ou no Itaim Paulista. Um espaço chega a ser tema de telenovela enquanto o outro fica restrito a notícias policiais sobre a violência e clandestinidade. Repensar a qualidade supõe rever a forma como se assenta, circula e vive a quantidade dos moradores de São Paulo.

Esta realidade fica ainda mais complexa – e quase dobra em número – se consideramos a área metropolitana e seus 34 municípios. É preciso enxergar São Paulo

intraurbana em suas espacialidades internas e, ao mesmo tempo, em sua espacialidade metropolitana.

Não se pode difundir em São Paulo formas de gestão de pequenas e médias cidades, a menos que, em cada parcela da cidade, se tenha fóruns de gestão e de desenvolvimento local. É preciso espacializar demandas, conhecer as distinções territoriais e construir desejos de São Paulo, desejos de cidade, em cada parcela do seu território.

Isto significa repensar as formas de agregação social num tempo de apartação que é cultural, econômico, social e **espacial**.

Reitero o pensamento de Flavio Villaça, que aponta um retrocesso na construção das respostas para a cidade. O stress da quantidade, próprio de uma mega-cidade poderia, ao longo dos anos, ter contado com propostas que projetassem a expansão e crescimento de São Paulo. Isto exigiria “pactos de cidadania” com a totalidade da população que nunca se delinearão.

O grande esforço do Plano Urbanístico Básico da segunda metade dos anos 60, resultado da retomada por Faria Lima das análises do Pe. Lebrez; enxergou São Paulo pelas suas necessidades. Todavia este estudo, foi transformado em mera lei de zoneamento pelo I Plano Diretor de 1971. O pior é que passados 25 anos ela não se alterou. A proposta janista de 1988 de Plano Diretor foi aprovada por decurso de prazo permanecendo até hoje de forma incompatível com a Constituição e a Lei Orgânica da cidade de 1990.

A proposta de Plano Diretor apresentada por Luiza Erundina não chegou a ser votada pela Câmara Municipal e foi retirada por Paulo Maluf em janeiro de 1993. A cidade permanece num vazio de articulação de propostas globais. A Comissão Especial de Estudos do Plano Diretor, criada pela Comissão de Política Urbana da Câmara de São Paulo e realizada em 1995, pôs a questão: **Por quê os planos diretores de São Paulo não saem do papel?**

Um dos argumentos para essa resposta, foi a identificação da dualidade: “A vida da cidade parece sistematicamente marcada pela falta de sincronia entre as necessidades políticas das autoridades técnicas e políticas envolvidas no processo decisório, quanto ao destino e a funcionalidade da metrópole.” (Relatório Final, CMSP, 1995)

Ocorre uma dualidade entre o planejamento e as demandas pragmáticas, em geral encampadas casuisticamente por políticos. Enquanto para os movimentos sociais o principal patrimônio a preservar é o ser humano e por isso a luta que levam pela extensão de qualidade de vida a todos, para outros, grupos especuladores, a valorização da terra é o principal objeto de um Plano Diretor. A estes basta o estabelecimento do zoneamento e a opção pela verticalização do território. O zoneamento é objeto de demandas casuísticas, encampadas por projetos de leis de vereadores, no intuito de atender a interesses pontuais e especulativos, esquecendo as garantias de qualidade de vida para todos. Num perverso pacto, a “fiscalização municipal” compactua com este processo predatório fazendo “vistas grossas” às deformações da cidade pelo interesse econômico.

Afinal o que é qualidade de vida e a quem interessa estender esta qualidade a todos que aqui vivem?

Para responder a esta pergunta é necessário combater a cultura da cidade desagregada, da intolerância e da exclusão.

Um dos caminhos fundamentais é a constituição de cultura do **espaço público** não se trata das necessárias praças e jardins mas de campos para o exercício efetivo dos direitos civis, sociais, culturais e econômicos. Estes campos são necessários para tecer entre os habitantes de um território novos laços sociais que lutem por uma prática concreta de solidariedade para a urbanidade, isto é padrões de vida digno a todos.

Isto, supõe dar condições e possibilidades reais dos indivíduos de criar em seu território a faculdade de ser reconhecido como cidadão de São Paulo.

- **vocalização de São Paulo**

Buscar o desejo de São Paulo exige encontrar suas expressões em múltiplas representações.

As primeiras vocalizações populares da cidade, neste século, vieram dos trabalhadores anarquistas. Não se tratava propriamente de movimentos pela cidade, mas pelo trabalho na cidade.

É a partir dos anos 50, quando a face de explosão urbanística da cidade vai se adensando, que novas vozes se apresentam. Juntam-se neste momento vários fatores. A constituição municipalista de 1946 traz a votação de vereadores em 1948, processo este que mobiliza o debate sobre a cidade e suas necessidades. Nesta fase cresce a migração para São Paulo, decorrente das secas no nordeste e da atração pela chamada “locomotiva do Brasil” e sua oferta de novas oportunidades de vida e trabalho.

Em 1951 a cidade já contava com cerca de 600 mil imigrantes que buscavam entre outras demandas, formas de abrigo. Neste mesmo ano, o salário mínimo criado em 1940 registra seu menor poder aquisitivo. Passada apenas uma década, o trabalhador precisaria de 3 salários para compor o conteúdo da cesta básica de 1940 (Sposati, 1988:250/51)

“As conseqüências do padrão de acumulação vigente na política econômica juscelinista faziam-se sentir de forma galopante sobre as condições de vida dos trabalhadores. A aceleração industrial provocou a elevação dos custos de reprodução da força de trabalho, agora com compromissos cada vez mais urbanos, tornando mais difíceis as condições de vida dos trabalhadores, mesmo nos momentos em que ocorre um crescimento do salário mínimo (1956 e 1957). Era sobre eles que recaiam os custos do processo de aceleração industrial” (Sposati, 1988: 251)

É de se ter presente a greve dos 400 mil operários de outubro de 1957 que reedita a greve de 1953 e também, demarca como assinala José Alvaro Moisés uma política sindical cupulista e burocrática. Relembra-se aqui o papel do PUI - Pacto de Unidade Intersindical e seu substituto o Conselho Sindical de São Paulo. Centrava-se o embate entre a defesa da indústria nacional (e da respectiva burguesia nacional) face ao capital estrangeiro. (Moisés, 1978)

A presença do governo da cidade então era a de apoio dos trabalhadores que lutavam por seus direitos na busca de ampliar sua popularidade junto aos operários.

De outro lado, as eleições para a Prefeitura em 1953 mobilizam as demandas territoriais através das Sociedades Amigos de Bairro (SABs) incentivando a política do localismo que posteriormente será absorvida e incentivada pelo PMDB que até hoje

mantém traços fortes com o movimento das SABs em São Paulo, embora sob direções políticas diversas.

São estas Sociedades então, as grandes interlocutoras de São Paulo que se estende no período principalmente para a região Leste e depois para a Sul.

“Faria Lima atendia regular e semanalmente às Sociedades de Amigos de Bairro. Às terças-feiras, ele recebia de duas a três SABs de cada região da cidade – cerca de dez no total. Cada uma delas podia apresentar cinco reivindicações, em geral obras de pequeno porte, como pavimentação, iluminação, construção de escolas e creches. Eram denominados internamente de “despachos de vilas”, do qual participavam secretários e administradores regionais, e funcionavam como meio de o prefeito “checar” o desempenho desses seus auxiliares. Por isso eram momentos temidos pela burocracia municipal. Consta que foi num desses despachos que, num repente de fúria, Faria Lima decidiu pela implantação das Administrações Regionais, a fim de obter maior agilidade nas pequenas obras, que lhe garantiam o prestígio amealhado desde sua campanha, quando percorria as vilas da cidade.” (Sposati, 1988:197)

Este processo de representação local, inicialmente fragmentado nas vilas no pós 64, foi rearticulado em uma articulação regional e metropolitana. Em janeiro de 1968 se realiza o I Encontro das Sociedades Amigos de Bairro da Grande São Paulo, buscando a unidade de reivindicações e lutas. Em março é criado o Grande Conselho Coordenador, o atual, CONSABESP – Conselho das Sociedades Amigos do Estado de São Paulo, cujo processo de articulação parte da cidade para a região metropolitana até alcançar o Estado.

Infelizmente, várias dessas associações filiaram-se à política de caciquismo local, distanciando do modelo original da Sociedade Amigos da Cidade criada em 1934, tendo Prestes Maia como seu primeiro presidente.²

Este desempenho político levou a fracionamentos na articulação do movimento das SABs distanciando-o da luta mais geral pela democracia. Em 1982 um movimento

² Já em 1972 a cidade contava com cerca de 500 sociedades de bairro que demandavam prioritariamente: pavimentação, regularização de ruas, colocação de guias e sarjetas (Sposati, 1988:21-2). O grande problema de quem vivia nas vilas era de acesso e portanto a falta de asfalto, o grande incentivador para chegar o ônibus, o caminhão de gás, o carro de polícia, o caminhão de compras, a ambulância e depois a coleta de lixo. A cidade, impermeabilizada às pressas para atender tais demandas, foi sendo pavimentada sem compatível sistema de galerias e de captação de águas pluviais e servidas. Este quadro foi aumentando o número de enchentes, agravando principalmente a vida da população de menor renda.

nacional criou a CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores que vem constituindo a face progressista das chamadas entidades comunitárias.

No caso de São Paulo a CONAM assume o contraponto do CONSABESP, ao nuclear forças do PC do B, PDT, PT e PSB. Duas outras forças organizativas ainda foram constituídas no Estado de São Paulo no entorno das SABs. São a FACESP – Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo, hegemônica pelo PC do B e a FEPAM – Federação Paulista de Associações de Moradores hegemônica pelo MR-8. O PT, salvo exceções, tem ocupado pouco espaço nestes movimentos comunitários, embora o CONAM a cada vez mais se comprometa com as causas populares e a perspectiva de constituir uma entidade autônoma de massa e combativa.

O movimento das SABs, caracterizado pelo cunho reivindicatório, ocupou o espaço de apresentação de demandas, cuja atenção em geral foi subordinada ao perfil das alianças políticas estabelecidas com os governantes de plantão ou de um ou outro parlamentar. Até hoje este traço é forte nesse movimento, até porque “as arenas de negociação” sobre a cidade sempre foram de baixa publicização.

É de se ter presente que o período de ditadura vai introduzir a figura de prefeitos biônicos, abrindo-se a lista em 1969 com Paulo Maluf, então presidente regional da Caixa Econômica Federal. É necessário, para relembrar o processo histórico, fazer menção à marcha de março de 64, denominada de Marcha com Deus e a Família pela Liberdade, com a certeza de que muito pouco popular foi este acontecimento nefasto à história da democracia brasileira. Do mesmo teor foi o denominado Movimento das Senhoras de Santana reforçando a censura moralista à TV.

Este foi um período de frágil estabilidade administrativa, onde não se conseguiu obter, para as classes populares, novas relações que não fossem relações de força, pois não ocorria a mediação dos processos políticos, que requeriam sem dúvida o reconhecimento das diferenças de interesses de classe.

As SABs não ocupam este espaço que vai ser catalisado pelos movimentos sociais, os novos atores que entram em cena. O primeiro destes movimentos ocorreu na região de Perus/Pirituba e mostrou a aliança entre a luta operária e as condições ambientais no fechamento da fábrica de cimento Portland. José Alvaro Moisés estudou esta fase da

história da cidade em sua tese de doutoramento mostrando que não há diálogo entre governo local e demandas populares. A cidade pulula em movimentos de saques e de “quebra-quebra” dos transportes na luta contra a carestia e as dificuldades de sobrevivência. (Moisés, 1978)

Os anos 70, em sua segunda metade, mostram uma dinâmica que se distancia da realidade das SABs fragmentadas em demandas pontuais. Agora, as carências reconhecidas como necessidades coletivas, não têm um grupo institucionalizado para representá-las perante o Estado.

Os novos movimentos sociais pleiteiam a alteridade entre sociedade civil e o Estado sob a ditadura militar. A busca da democracia é face da mesma moeda das necessidades desses novos atores sociais. A relação é de confronto com a burocracia estatal.

Nas regiões de São Paulo vão surgir movimentos diversos. Enquanto a região Noroeste lutava em prol da qualidade de vida, a zona Sul, através do movimento de mulheres, demandava a instalação de 300 creches. Era a ação do conhecido Movimento de Luta por Creches. Esta rede crescia lentamente. As 18 creches em 1968, saltaram para 34 em 1972, 53 em 1976 e 90 em 1978. Em dez anos crescia a rede, numa média de 9 creches por ano. Já em 1971 previa-se pelo Plano Diretor a necessidade de 150 unidades.

O Plano de Governo de 1980/83 de Reynaldo de Barros apontou a necessidade de 1.400 creches, já que a Prefeitura em 1980 só atendia à 10% da demanda, com 116 unidades. O Plano previa instalar 300 creches até 1983 mas edificou, de fato, apenas 124 (Sposati, 1988:287/289)

Até hoje esta questão é mal resolvida e não assumida de fato como uma exigência municipal. O censo de 1991 diz que São Paulo tem 909.607 crianças na faixa de 0 a 4 anos. Estima-se que 70% desse contingente deveria contar com um atendimento formal, dado o grande deslocamento das famílias para o trabalho. A cidade em 1995 oferece a cobertura de 20% dessa necessidade através de 103.445 vagas em creches e escolas maternas privadas. A rede pública por seu turno oferta 46% dessas vagas e a rede privada conveniada as 54% restantes.

TABELA 3

Oferta de Vagas em Creches na cidade de São Paulo

Vagas em Creches	103.445
rede direta	40.289
rede indireta	7.378
rede privada lucrativa	27.254
rede privada não lucrativa	28.524

Fonte: Relatório da Comissão Especial de Estudos da Criança e Adolescente. Câmara Municipal de São Paulo. 1996.

Isto significa que, passados quase 30 anos, desde os idos de 1968 a rede infantil é precária em quantidade e, até mesmo, em qualidade. As creches públicas em 1996 estão com um déficit de mais de 2.000 funcionários.

Precisamos, atualmente em São Paulo, de cerca de 4.000 creches ou escolas maternas para atender a demanda diversificada numericamente dentre os 96 distritos. Em contrapartida o risco de vida das crianças de 0 a 6 anos é alto, e também diferenciado entre as regiões (vide tabela 4).

TABELA 4

Ordenamento dos distritos segundo a proporcionalidade de ocorrência de riscos à sobrevivência de crianças até 6 anos no Município de São Paulo

Distritos	Indicadores fortemente relacionados com a mortalidade infantil				Proporção de Risco	
	Proporção de domicílios:					
	c/ renda insuficiente	c/ agua inadequada	c/ chefes analfabetos			
homens			mulheres			
Marsilac	38,45	98,74	19,32	3,32	acima de 80%	
Parelheiros	28,09	39,42	13,28	4,05		
Anhanguera	26,50	20,03	10,86	2,60	entre 50 e 80%	
Iguatemi	31,19	12,21	11,63	4,15		
Lajeado	29,55	7,42	12,59	4,97		
Jd. Helena	33,88	5,13	10,74	4,77		
Itaim Paulista	30,95	3,88	10,96	4,74		
Grajau	22,95	13,27	9,67	3,55		entre 40 e 50%
Sao Mateus	37,32	1,49	6,80	3,51		
Jd. Angela	24,52	7,31	12,67	4,20		
Brasilandia	27,70	3,46	9,43	4,85		
Perus	26,90	5,32	7,79	4,65		
Parque do Carmo	25,01	6,01	8,82	4,03		
Cidade Tiradentes	25,42	8,22	6,55	2,88		
Capao Redondo	26,86	2,30	9,29	3,96		
Sao Miguel	27,95	2,40	7,31	4,55		
Bras	20,87	14,28	4,41	2,62		
V. Jacui	26,30	2,82	8,77	4,27		
Pedreira	24,02	3,87	9,02	4,09		
V. Curuca	24,70	1,81	8,98	4,69		
Cachoeirinha	24,46	2,98	8,39	4,33		
Sapopemba	26,55	1,84	7,80	3,74	entre 30 e 40%	
Guaianases	24,99	2,66	7,95	4,07		
Sao Rafael	25,59	2,60	7,17	3,67		
V. Maria	23,70	4,80	6,75	3,62		
Belem	22,17	10,20	3,11	2,40		
Tremembe	21,81	5,85	6,67	3,28		
Cidade Ademar	22,05	1,86	9,12	3,98		
Cidade Dutra	22,40	2,39	8,20	3,85		
Erm.Matarazzo	24,25	2,29	6,65	3,42		
Jd. São Luis	21,74	1,57	8,63	4,10		
Jaragua	21,94	3,23	6,91	3,35		
Campo Limpo	20,82	2,03	8,46	3,95		
Itaquera	23,42	1,43	6,55	3,70		
V. Medeiros	24,01	0,80	6,00	3,61		
Aricanduva	24,62	1,33	4,89	3,02		
Raposo Tavares	19,99	1,20	7,92	4,01		
Bom Retiro	19,93	7,99	3,30	1,73		
Rio Pequeno	18,34	3,86	7,02	3,41		
Ponte Rasa	23,23	0,83	5,12	3,37		
Pirituba	22,96	0,83	5,27	3,49		
V. Andrade	13,76	3,03	12,09	3,52		

Jacana	19,78	3,34	5,36	2,94	
V. Formosa	23,64	0,40	4,11	3,22	
V. Prudente	22,73	0,62	4,40	3,50	
Jaguare	17,79	2,18	8,18	3,04	
Jaguara	22,39	0,57	4,75	3,22	
Cangaiba	22,31	0,59	4,92	2,98	
Cidade Lider	20,87	0,61	6,16	3,10	
Freguesia do O	22,20	0,63	4,46	3,37	
Sao Lucas	21,86	0,36	4,89	3,27	
Pari	20,61	2,71	4,05	3,00	
Lima	20,52	1,94	4,57	3,23	
Penha	23,04	1,53	2,91	2,74	
Sao Domingos	20,19	1,26	5,50	3,14	
Campo Belo	10,08	1,11	3,47	15,19	
Carrao	23,01	0,30	3,24	2,64	
Sacoma	18,24	2,58	5,37	2,92	
V. Matilde	21,76	0,25	3,89	3,03	
Jabaquara	18,96	1,21	5,24	3,21	
Artur Alvim	21,16	0,49	4,03	2,79	
Agua Rasa	21,66	0,23	3,08	2,87	
Cambuci	17,45	5,81	2,77	1,77	
V. Leopoldina	18,02	2,43	4,65	2,50	entre 20 e 30%
Jose Bonifacio	18,25	2,83	4,30	2,17	
V. Guilherme	19,47	1,07	3,10	2,60	
Casa Verde	19,55	0,31	2,87	2,45	
Barra Funda	14,39	4,56	3,80	1,96	
V. Sonia	14,39	3,33	4,49	2,24	
Mandaqui	16,72	0,63	3,89	2,53	
Liberdade	12,66	7,18	2,45	1,20	
Cursino	16,62	0,75	3,57	2,25	
Socorro	16,21	1,70	2,99	1,89	
Ipiranga	16,77	0,66	2,66	2,07	
Tucuruvi	17,58	0,18	2,12	2,11	
Tatuape	16,28	0,87	1,83	1,67	
Santa Cecilia	11,67	5,58	2,26	1,06	
Mooca	15,53	1,23	1,90	1,59	
Campo Grande	14,88	0,68	2,46	1,87	
Se	14,26	1,55	2,64	1,42	
Lapa	14,21	0,45	1,53	1,63	
Morumbi	8,98	1,21	5,24	1,88	
Itaim Bibi	11,13	2,22	2,26	0,99	
Santana	12,03	0,53	1,21	1,16	entre 10 e 20%
Bela Vista	9,94	2,30	1,84	0,72	
Butanta	11,13	0,51	1,81	1,35	
Saude	11,67	0,60	1,28	1,09	
Republica	9,59	1,45	1,30	0,78	
V. Mariana	9,07	1,11	1,09	0,54	
Santo Amaro	9,04	0,42	0,99	0,73	
Consolacao	7,94	1,40	0,98	0,44	
Alto de Pinheiros	7,55	0,93	1,13	0,82	
Perdizes	8,17	0,42	0,89	0,71	
Pinheiros	8,04	0,55	0,58	0,61	menos de 10%
Moema	5,63	0,62	0,64	0,40	
Jd. Paulista	4,57	0,97	0,44	0,14	
MSP	22,21	3,15	6,43	3,34	

Fonte: Relatório da Comissão Especial de Estudos da Criança e do Adolescente. CMSP. 1996.

Em outras palavras, cerca de 77% das mortes de crianças de 0 a 4 anos poderiam ser evitadas na cidade de São Paulo se os distritos onde vivem pudessem ter índices de inclusão similar aos da região Sudoeste do município (Mapa da Exclusão/Inclusão Social. PUC/SP, 1995)

Esta digressão perante uma das questões da cidade permite algumas considerações importantes sobre as vocalizações de São Paulo.

O Movimento de Luta por Creches foi o primeiro a globalizar a carência na cidade e propor a instalação imediata das 300 novas creches embora a demanda global em 1979 já fosse de 830 novas unidades. Esta nova forma de articulação de lutas permitiu enxergar a cidade e suas necessidades como totalidade.

Todavia, até hoje continua-se a conviver com a fragilidade de compromissos, isto permitiu que na atual gestão de Paulo Maluf somente 20 creches fossem construídas e entregues, sendo que 17 destas já vinham sendo construídas na gestão anterior de Luiza Erundina de Souza.

O que é perverso neste processo é a baixa publicização do conhecimento das necessidades da cidade e do ritmo com que os governos atribuem, ou não, recursos para tal atenção. Não contamos com padrões básicos de qualidade de vida incorporados nos desejos de São Paulo. Temos coletivamente baixo domínio sobre os processos que reduzem/ampliam a conquista de tais padrões.

Dito de outra forma e utilizando o exemplo aqui detalhado, quantos sabem em São Paulo sobre as carências para a criança de 0 a 4 anos e a totalidade de suas demandas em quantidade e qualidade, inclusive territorializada? Este **des**-conhecimento deixa governantes soltos sem qualquer controle social pelo abandono ou concretização de um padrão básico de vida. É importante ressaltar que o exemplo se refere à criança, o que indica um comportamento quanto ao futuro em construção para a sociedade.

O argumento aqui, não é restrito a uma concepção estatista que envolveria tão só a produção de serviços diretos pela prefeitura. O que se quer mostrar é a carência de uma política global e ao mesmo tempo territorializada para atender as necessidades da população da cidade.

Por outro lado o Movimento de Luta por Creches de 1980 arrefeceu. Diluiu-se novamente, e pontualmente, em bairros ou regiões perdendo a construção da globalidade de representação na cidade.

Aliás, este mesmo percurso de totalização e diluição, ocorreu quanto às demandas por moradia. Os movimentos de favelados até os anos 70 eram delimitados a lideranças específicas por favelas – onde sem dúvida, foi emblemática a figura de Manoel Spindola da Vila Prudente. A reação a um decreto de 1979, de remoção compulsória de favelas, pelo então prefeito Olavo Setúbal, foi catalisadora da articulação das favelas da cidade dando margens a união das necessidades e reivindicações.

Até então, os favelados eram considerados como “moradores de habitações subnormais” e, portanto figuras clandestinas às políticas da cidade. Na busca da constituição de sua cidadania, lutaram pela instalação de água, luz, esgoto, iluminação pública, dando início ao processo de integração na cidade através dos chamados programas **Pró** (água luz, etc).

Neste momento se conseguiu uma articulação regional e depois global dos favelados de São Paulo. Parte considerável das hoje 1.600 favelas aderiram a esta forma coletiva de organização.

Esta mobilização permitiu espriar a concepção de urbanização de favelas, ao invés de sua remoção, até então prática corrente. De posse de uma conta nominal de luz ou água, os favelados conseguiram ao final da década de 70 o estatuto da legalidade. Já podiam comprar a prazo e comprovar endereço para obter o desejado crédito.

É interessante observar que mesmo o governo conservador de Paulo Maluf não pode retroceder da perspectiva de urbanização de favelas. Os processos de remoção tornaram-se difíceis, complexos e custosos, financeira e politicamente. É possível afirmar que, ao final do século XX, os conservadores romperam com o ideário da clandestinidade da favela. Todavia, é sempre bom lembrar que o Projeto Cingapura opera a urbanização de fachada, para a via pública, e não no interior das favelas. Há uma única exceção na favela Zachi Narchi.

A madeira das favelas dos anos 80 vai sendo substituída pela construção de alvenaria. Não é necessário mais associar favela com extensa precariedade de moradia.

Começa neste momento a transformação do movimento, que passa a se identificar como **movimento por moradia**. Avançaram a luta pela posse da terra, pela aquisição de novas terras e por programas de construção por mutirão.

A cooperativa popular de construção, que teve no pioneiro mutirão da Cachoeirinha seu exemplo, vai mostrar a capacidade organizativa da população em construir, com qualidade, sua solução habitacional. O movimento de moradia segue assim em duas frentes: a urbanização e os mutirões, em soluções combinadas para produzir novos espaços de qualidade de vida na cidade, mas sempre fundados na proposta de desenvolvimento sustentável.

As lutas específicas, por uma e outra solução, ainda não incorporaram os grupos pela qualidade dos cortiços em São Paulo. Até hoje, a cidade não realizou um censo da população encortiçada. Enquanto a população favelada é estimada em quase 2 milhões de habitantes, as estimativas para os encortiçados variam, como já assinalado, de 83 mil do censo a 1,5 milhão previsto por urbanistas.

A vocalização dessas lutas foram hoje rearticuladas pela Central de Movimentos Populares na busca de reconstituir o Fórum de Favelas, ao lado do movimento organizado dos mutirões e cortiços já pertencentes à Central.

Outra frente que mobilizou significativamente a cidade e também o contingente de mulheres foi o movimento de saúde. Seu início é territorializado na zona Leste, buscando a construção de unidades básicas e hospitais. Naquela ocasião, a cidade estava ameaçada pelo surto meningocócico que desencadeou a socialização das necessidades de saúde coletiva. O estudo, apresentado na dissertação de mestrado de Maria Rita Barradas Barata, mostra o quanto a saúde ganhou sensibilização das autoridades a partir do momento de ameaça às elites pelo surto epidêmico da moléstia.

O movimento de saúde trouxe a exigência da qualificação dos serviços em um novo modelo assistencial e foi base em primazia para a construção dos padrões de Reforma Sanitária. Mais do que isso mostrou claramente a dimensão do saber popular. Foi sua atuação propugnando pela democratização da gestão que trouxe para o debate a constituição das formas participativas através dos conselhos de gestão e decisão.

A gestão Franco Montoro no governo do Estado vai dar eco às representações comunitárias em conselhos gestores, o que permitiu espriar a organização popular na disputa por novos espaços.

Pode-se afirmar que aqui começam experiências concretas de “civilização do Estado”. Os conselheiros populares são eleitos durante as campanhas de vacinação à prevenção da poliomelite, aproveitando a mobilização da sociedade. Desta forma, antecipam o debate, ainda no início dos anos 80, pela democratização da gestão, portanto muito antes do processo constituinte e da luta pelas diretas que vai legalizar esta proposta.

Posteriormente vão se organizar as conferências municipal, estadual e nacional e os conselhos de saúde da cidade e seus representantes regionais, estimulados na gestão de Luiza Erundina que implantou as regionais de saúde na cidade de São Paulo.

Os conselhos e conselheiros penetraram na institucionalidade do Estado, municipal, estadual e federal, decodificando a lógica da burocracia estatal principalmente quanto ao financiamento e ao orçamento público.

As lutas em defesa da criança e do adolescente, confrontando as atenções institucionalizadas como a FEBEM e a perversa criminalização das crianças pelo código de menores, articulam considerável segmento ligado à defesa dos direitos humanos. Aqui a Igreja, através de Dom Luciano Mendes Caldeira e da Pastoral do Menor, desencadeou um papel fundamental na busca do reconhecimento dos direitos da criança. Este processo culminou com a elaboração do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Somente nos últimos anos, com a implantação do Conselho de Direito e dos Conselhos Tutelares, este processo teve um delineamento mais claro na cidade de São Paulo. A cidade conta ainda com fóruns regionais e um fórum global na defesa destes direitos da criança e do adolescente.

Como se percebe, cresceram na cidade as vocalizações por demandas, tendo por respaldo a efetivação dos direitos sociais propostas na Constituição de 1988. Em contraponto a cidade permaneceu frágil na articulação de uma representação de base territorial. Ficou frágil também enquanto fóruns articulados sobre sua totalidade. A inércia de um Plano Diretor é demonstrativo explícito deste fato.

As CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, inicialmente localizadas em bairros – migraram sua presença nestas lutas setoriais incorporando-se aos momentos sociais. Em 1979, a Prefeitura propôs a criação de Conselhos Comunitários Regionais através de decreto específico. As CEBs reagiram e manifestaram no jornal “O São Paulo” tratar-se de um decreto duvidoso pois “qualquer estrutura administrativa intermediária não resolveria o problema de tomada de decisões (...) mesmo com conselhos as decisões continuarão sendo tomadas por esses técnicos.” (Sposati, 1988:227)

A desconfiança com o Estado autoritário impediu a adesão das novas forças e vocalizações da cidade a estes conselhos. As lideranças mais tradicionais é que aderem a este processo. É emblemático que o Conselho Comunitário de Santana, que permanece desde esse período em funcionamento, é composto por lideranças da zona Norte que defendem principalmente o ponto de vista da classe média da região, cujo história tem fortes laços conservadores.

É importante considerar que, na ausência de fóruns catalisadores das diversas forças sociais e com confiabilidade popular, cada burocracia municipal enfatiza um determinado interlocutor. As Secretarias Sociais têm nos movimentos sociais vocalizações populares que contestam, negociam e até partilham das propostas. Em contrapartida, a Secretaria das Administrações Regionais, de Vias Públicas e de Serviços e Obras têm nas entidades comunitárias, nas Sociedades Amigos de Bairro, e com maior formalismo, os principais agentes de diálogo.

Os movimentos sociais, informados por “filipetas”, organizam plenárias, passeatas e ocupações de Secretarias, forçando sua incorporação. Uma das novidades a se ter em conta é a inusitada organização na cidade do que já se tratou por lumpesinato. Falo da população de rua. Embora constitua um segmento social não abrangido pelo censo populacional - dando margem à reprodução do pensamento colonial em relação aos índios, “nem gente são para serem contados” – ela vem mostrando capacidade de organização. A população de rua já consegue se reunir em cooperativas, organizar passeatas e expressar-se em fóruns de cidadania suas demandas. O mesmo vem ocorrendo com os ambulantes reunidos, inclusive, em sindicatos da economia informal.

Estas formas organizadas da denominada população desorganizada colocam a questão da representação popular em novo patamar. Trata-se da inexistência de representantes ou da exclusão nos fóruns de representação.

A incorporação dessas “novas vocalizações de cidade” terão um pouco mais de espaço na gestão de Mário Covas (83-85); para a seguir serem hostilizadas pela gestão de Jânio Quadros; resgatadas com Luiza Erundina, no período 1989-1992, e novamente hostilizadas na gestão de Paulo Maluf.

Neste jogo de vai e vem o que se percebe é a ausência de demanda política ampliada na cidade por fóruns de gestão participativa.

Outra grande novidade dos últimos anos foi a presença de movimentos de classe média e média alta, pela preservação da qualidade de vida. A cidade já contava com o movimento “Defenda São Paulo”, com centralidade pela preservação ambiental. Todavia, a política malufista de construção de grandes obras, desencadeou novas formas de organização.

A proposição em janeiro de 1993 da extensão da avenida Faria Lima pelo arquiteto Júlio Neves, querendo “presentear” a cidade com mais uma avenida, desencadeou um debate por 2 anos consecutivos sobre operações urbanas e modelos de gestão de São Paulo.

Nasceram, então, os movimentos Vila Olímpia Viva, Itaim Vivo, Pinheiros Vivo, na luta pela preservação dos bairros. A estes se somavam os movimentos do Pacaembu, Perdizes, dos Jardins, de Higienópolis, de Águas Espraiadas, da City Lapa. Os movimentos sociais de São Paulo não ficam mais restritos à periferia, na luta pela cobertura das carências essenciais, como saúde, moradia e educação. Os novos movimentos sociais se localizam nos bairros nobres da cidade e lutam para assegurar o que já possuem, ou seja, um bom padrão de qualidade de vida. Estes novos movimentos possibilitaram duas grandes experiências. A primeira foi justamente o convívio entre o movimento popular e o movimento de classe média em busca da qualidade de vida, embora o entendimento desta palavra, para estes dois movimentos, ainda seja bastante diferenciado. A segunda foi a construção do primeiro Plano Diretor de Bairro, em

Pinheiros/Vila Olimpia, e a necessidade de que a cidade tenha uma política de manutenção e de qualificação urbana.

Todavia a inexistência de um fórum efetivamente aberto, público e participativo sobre o Plano Diretor de São Paulo, não catalisou ainda tais iniciativas de modo a adensar uma opinião pública de preservação da cidade.

A presença de movimentos sociais, dos mais diversos traços, exige uma nova ordem no reconhecimento e no diálogo como o executivo municipal. Há, cada vez mais, novos interlocutores, com opiniões e propostas fundamentadas em suas necessidades coletivas. Não se tratam de propostas pontuais e pessoais, mas sim coletivas.

O movimento sindical ao longo deste processo, além de constituir suas organizações em centrais unificadoras, foi transitando para a constituição de espaços de discussão sobre as condições de reprodução da força de trabalho.

É emblemática a constituição, no interior da CUT, da Secretaria de Políticas Sociais, com o desdobramento da participação de representantes cutistas nos vários conselhos: seguridade social, saúde, criança e adolescente, assistência social etc, de corte nacional, estadual e municipal.

A temática da criança e do adolescente tem envolvido múltiplos sindicatos, desde o combate ao trabalho infantil, a exemplo do sindicato dos vidreiros, até projetos mais abrangentes como o Projeto Travessia, dos bancários.

É necessário dizer que também os empresários, principalmente aqueles ligados ao PNBE, introduziram em sua pauta a vocalização de algumas lutas sociais. A Fundação Abrinq, por exemplo, pode ser apresentada como representante significativo deste novo processo.

A constituição da Central Única dos Movimentos Sociais, vem sendo um caminho, ainda em implantação, para interrelacionar com maior efetividade e compromisso as lutas sociais com as lutas sindicais. Aqui está o desafio, “para além dos tostões”, já colocado por André Gorz ao movimento sindical.

A gestão da cidade não foi capaz de garantir processos e arenas catalisadoras de suas vocalizações. A Lei Orgânica Municipal de 1990 aprovou a constituição de

Conselhos de Representantes Regionais. Todavia, seis anos se passaram e eles não foram efetivados. Pior ainda, a gestão de Paulo Maluf ignorou esse tema.

Os projetos de lei a respeito dos Conselhos de Representação em tramitação na Câmara de São Paulo ficaram congelados. Há o sentimento dos vereadores mais conservadores de que estes Conselhos retiram o peso político de seus mandatos. Até mesmo uma proposta que encaminhei de criação de um Ouvidor Geral à burocracia da prefeitura foi barrada por considerarem que reduziria o papel do parlamento municipal.

A relação entre a democracia direta e a representativa é vista como de oposição e não de composição. Não há um adensamento político sobre o desenho desses Conselhos. Em continuidade ao trabalho da Câmara eles poderiam ser organizados por zona eleitoral e inclusive articular os candidatos a vereador mais votados, dos vários partidos na região. Outros defendem que os Conselhos deveriam ser formados por segmentos, com isto reunindo representantes das várias demandas (saúde, habitação, transporte, comércio, indústria, sindicatos etc).

Há diversos traços políticos entre tais propostas para compor os Conselhos e, infelizmente, pouco debate político sobre estas propostas, criando grande dificuldade em sua hegemonização.

Nesta macro cidade, um dos imensos desafios é conseguir constituir espaços com visibilidade pública para discussão, incorporação de propostas e tomadas de decisões. “O que está em questão é criar uma nova cultura política democrática que, ao democratizar, decisões traga a **alteridade**” (Sposati e Lobo 1992:372).

Não basta a criação de fóruns e de arenas de negociação como se buscou no momento da democracia participativa, é preciso dar alteridade a esses fóruns. Entende-se por alteridade, a capacidade de ocorrer a **oposição em presença** “não se trata de simplesmente **mais um**, mas da presença de um pólo de representação que tenha capacidade, pela sua posição histórica e social, de se contrapor àqueles que detêm o poder institucional”. (Sposati e Lobo, 1992:372)

A experiência democrática exige de todos os partidos políticos, do PT ao PPB, a capacidade de ouvir a perspectiva e opinião de outro modo de ver e pensar. Só assim se pode constituir uma esfera efetiva de controle social ou de civilização do Estado.

“... o exercício do controle social é espaço de criação de uma cultura política democrática. Todavia, esta **intenção**, ou ‘idéia perspectiva’, se defronta não só com a cultura elitista e burocrática dos ‘animais institucionais’, mas também com a tradicional cultura casuística e tutelar, que busca reduzir cada situação a um caso particular”. (Sposati e Lobo, 1992: 373)

Este processo político é ainda uma dolorosa construção, pois em geral se tem: a “alteridade” negada, subalternizada e pior, tutelada. Isto nos faz pensar em uma “democracia conservadora”, onde os “alteres” são “quase-sujeitos políticos”, dando seqüência ao que Francisco de Oliveira chama de “regulação truncada”.

Podemos até ter aumentado o número dos que se sentam à mesa, mas ainda não se consegue publicizar essas discussões ou fazê-las conseqüentes em decisões. A exemplo, a Câmara Municipal de São Paulo regimentalmente tem espaços de audiências públicas e de tribunas populares. Todavia é de baixa significação a participação da sociedade em tais espaços. Mesmo os “progressistas” preferem outros espaços de discussão, que não estes públicos e regimentais.

Há uma grande dificuldade em aceitar a Câmara como um espaço nucleador do debate sobre a cidade. A opinião pública parte do pressuposto de sua desqualificação, jogando com isto “a criança junto com a água suja do banho”.

Boaventura Souza Santos analisa: “Dá-me a idéia de que São Paulo, apesar de vertiginosamente estática na reprodução das suas injustiças, inconforma-se com esses ‘status quo’ e teima na pujança dos movimentos populares em reiventar o sonho do desenho contra o pesadelo da sua execução. São Paulo, cidade experimental, feita de pensamentos mortais que tornam possível pensar e querer a transição paradigmática. Suspeito, pois, que a cidade de São Paulo contradiz aqueles, que afirmam que a irreversibilidade da crise com paradigmas – sejam eles o paradigma do desenvolvimento capitalista ou o paradigma da modernidade – significa sempre ceder ao pessimismo murcho de Paris, a esse cinismo reacionariamente celebratório que abocanhou a designação de pós-moderno.

“Ao contrário, São Paulo mostra despididamente que a crise desses paradigmas é final e irreversível, mas que, precisamente por isso, não podemos cruzar os braços. Diz-

nos, no seu silêncio ensurdecido, que os seus problemas são modernos mas não são resolúveis em termos modernos. Exige, pois, de nós, uma luta dupla contra a irracionalidade que procura racionalizar a irracionalidade do que está.” (Boaventura Souza Santos, 1996)

Com todas estas considerações quero reafirmar a fragmentação das vocalizações da cidade, pela ausência de arenas públicas e publicizadas que, de fato, exerçam a alteridade sobre os destinos das cidade. Quantos conhecem a CNLU, Comissão Normativa da Legislação Urbana, que deveria ser espaço da discussão da intervenção na cidade? O desconhecimento faz com que estes espaços, ao invés de democratizadores, sejam institucionalizados por lobbies, no caso, ligados à especulação imobiliária.

Talvez surja uma nova questão para a construção democrática em uma sociedade tão desigual: como reduzir a preponderância dos interesses econômicos nas decisões? Seria viável esta dimensão?

Insisto, caso não se criem mecanismos de preservação dos “mais fragilizados”, espaços de exames dos “riscos sociais”, estes fóruns de participação continuarão a ter um efeito burocrático que em nada atende aos anseios e demandas populares.

Um exemplo desta situação são os denominados Relatórios de Impacto Ambiental. O uso burocrático e político dessa peça, que deveria ser um instrumento de monitoramento de riscos, faz dela uma fonte de mercado para a produção de relatórios que serão tratados cartorialmente como qualquer documento de comprovação de identidade.

A luta pela democracia exige uma atenção mais combativa da presença em ato das vocalizações. Pode-se afirmar que cresceram as expressões de desejos de São Paulo, em quantidade e qualidade, porém falta repercussão e eco a tais vocalizações.

Para que isto ocorra é preciso aceitar que a democracia é forjada no todo dia que ela contém uma pedagogia fundada na paz. É um processo em que muitos intervêm na busca de emancipação e não de violência. Há múltiplos protagonismos em São Paulo todavia não existem múltiplos centros, arenas para o exercício desse protagonismo.

Assim como é clandestina a territorialidade da cidade a participação expandida da população não é buscada. Não se investe numa cultura de paz em confronto com a violência e a castração dos acessos.

• universalização da discrepância

Tenho insistido, através de vários argumentos sobre a multiplicidade de desejos de São Paulo, a partir do ponto de vista de classe, das necessidades setoriais, de gênero e das perspectivas territoriais, não possuímos utopias globais de cidade forjadas democraticamente e capazes de articular e confrontar essa multiplicidade de desejos e protagonismos.

Pode-se afirmar que o mais alto grau de universalidade da cidade é o da discrepância. É uma cidade desigual e diferenciada em sua qualidade no território e para os segmentos sociais estabelecidos pelo fator econômico, etários, de gênero, social, cultural, espacial, etc.

Boaventura Souza Santos diz: “São Paulo é para mim, a metáfora da mortalidade do pensamento: da pujança à beira da exaustão, da razão à beira do absurdo, da fecundidade à beira do deserto. O pensamento mortal é um pensamento que se exalta perante a incontinência da realidade que se lhe rebela, uma realidade que se quer autoteorizar antes que o pensamento pense por ela. É por isso que a violência se banaliza pelo excesso antes que alguém a dramatize por defeito. É por isso que a elegância sinistra do mapa da exclusão social surge como uma verdade há muito anunciada. É por isso que as entranhas fervem à flor da pele do trânsito e os cidadãos passeiam no vulcão em traje de passeio.

“Uma cidade de pensamentos mortais é assim uma cidade de desconfiança cúmplices que codifica a vibração da ameaça até só ter medo do medo. Uma cidade de fronteiras, e nisso bem modernista, mas também capaz de levar a antropofagia andradiana até ao limite da pudicícia. Cidade de hipercentro e de hipermargens. A Avenida Paulista consome mais espaço eletrônico do que todo o resto do Brasil. Vizinha íntima de Nova Iorque e de Miami, de Frankfurt e de Tóquio, e a uma distância telescópica das ruas transversais cobertas pelas sombras dos seus arranha-céus.

“Cidade, pois, de fronteiras estranhas e obscuras para além das quais, em vez da terra prometida, está o vazio. De um lado a cidade imensa, mas opaca, que vive no

desequilíbrio da sobrevivência precária e que, por isso, dedica-se a sobreviver como exercício supremo de normalidade, de outro, uma cidade minúscula mas vistosa, que vive em relativa ou muita abundância, que tem de psiquiatrizar os seus excessos até os reduzir à normalidade dos desequilíbrios automáticos.” (Santos, 1996)

Faltam utopias unificadoras e mobilizadoras da nossa esperança na cidade e pela cidade. Estas utopias não podem ser desejos bucólicos da cidade. Considero que precisamos nesta cidade-fábrica (ou ex-fábrica) ter uma utopia em construção. Trata-se do desejo de um processo catalisador que permita uma agregação de vários desejos e com isto, ser impulsionador da transformação da cidade. Cada vez mais considero a urgência de um **processo de solidariedade-cidadã em São Paulo pela qualidade do viver.**

Aqui cabe uma grande distinção entre a solidariedade filantrópica ou benemérita e a solidariedade cidadã. A proposta não é de um processo de ajudas entre ricos e pobres, consagrando a trágica apartação social. Como efeito da lógica da exclusão, a apartação faz conviver, perversamente, segmentos sociais significativos na condição de párias numa sociedade elitista.

O processo de globalização, se tem suas virtudes pela alta comunicação que gera, tem o vício de contribuir fortemente para a aliança do capital internacional, reforçando a concentração dos ricos e, por consequência, a exclusão dos pobres.

A centralidade do mercado na política neoliberal, desconsidera a identidade do não consumidor. Pior ainda, personaliza os riscos sociais, restringindo as coberturas coletivas. Esta lógica das novas formas de trabalho que reduzem drasticamente as vagas de empregos pela automação dos trabalhos e a flexibilização dos contratos de trabalho além de ampliar a população desempregada descaracteriza a responsabilidade social do Estado e da sociedade.

Numa sociedade onde o risco é impreterivelmente pessoal, a política do “salve-se quem puder” faz da violência a grande arma da sobrevivência dos mais fracos economicamente. Este processo, somado a inexistência de utopias coletivas, acentua o cotidiano da fragmentação e reduz a vida a esquemas de sobrevivência a qualquer preço. Consequentemente, há um rebaixamento do que se pode denominar de uma **ética social.**

O processo de construção da cidadania exige tornar claros os direitos à cidade ou os direitos urbanos e com isto explicitar de quais direitos estamos falando. A idéia de utopia-solidariedade-cidadã é essa tentativa de construir a **ética da cidade**.

Para caminhar neste conceito, um exemplo recente foi o da construção do Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo. Qualquer pessoa pode afirmar que São Paulo é desigual, que São Paulo é discrepante ou, ainda, que São Paulo universalizou a discrepância. Quase todas as pessoas também afirmarão um desconforto com essa realidade. Por melhor posição que estejam ocupando, essas pessoas estão ameaçadas pela discrepância nas condições de vida. O mapa da Exclusão/Inclusão Social (tabela 5) rebaixou as notas de qualidade de vida do distrito do Morumbi pelo alto grau de diferenciação ali detectado entre mansões e favelas. Já Moema, mais homogênea, alcançou melhor equilíbrio entre a exclusão e a inclusão social.

Este quadro, mesmo empírico, dá indicações de que a sociedade só será sustentável se eliminar a apartação e o nível de discrepância de sua população. A resposta a este desafio tem levado a um equivocado movimento compensatório: “filantropização da sociedade”. Multiplicam-se as iniciativas empresariais em apresentar projetos pontuais que construam atenções aos excluídos e, ao mesmo tempo, a sua imagem de preocupação social.

Considero que um outro movimento precisa ser fortalecido em contraponto a este processo compensatório. A este outro movimento denomino de **indenizatório**. Parte da constatação de que a população está submetida a riscos de vida diferenciados, principalmente pela forma com que as cidades, e no caso São Paulo, elitizaram as situações de vida em seu território. Há, portanto, uma discrepância real no acesso a um padrão de segurança de vida. Para enfrentar essa realidade a concepção de inversão de prioridades não basta na medida em que transforma a questão em localização dos recursos financeiros e atributos de gestão do aparato público sem clara vinculação com a sociedade. A solidariedade cidadã exige que um e outro se preocupe com uma condição mínima de dignidade que denomino aqui de padrão básico. Como conviver em São Paulo com mais de 240 mil chefes de família analfabetos?

TABELA 5**Classificação dos distritos segundo Iex Exclusão Social**

	DISTRITOS	IEX		DISTRITOS	IEX
1	LAJEADO	-1,00	49	JARAGUA	-0,27
2	ITAIM PAULISTA	-0,95	50	SAO DOMINGOS	-0,27
3	GUAIANAZES	-0,87	51	CANGAIBA	-0,25
4	PARELHEIROS	-0,87	52	PARI	-0,24
5	JARDIM ANGELA	-0,83	53	VILA PRUDENTE	-0,22
6	BRASILANDIA	-0,83	54	JAGUARE	-0,20
7	VILA CURUCA	-0,80	55	JAGUARA	-0,19
8	MARSILAC	-0,79	56	SAO LUCAS	-0,18
9	JARDIM HELENA	-0,78	57	CASA VERDE	-0,18
10	CAPAO REDONDO	-0,74	58	CARRAO	-0,15
11	GRAJAU	-0,73	59	BELEM	-0,15
12	CACHOEIRINHA	-0,73	60	REPUBLICA	-0,14
13	PERUS	-0,72	61	LIBERDADE	-0,13
14	SAO MIGUEL	-0,71	62	AGUA RASA	-0,10
15	CIDADE TIRADENTES	-0,70	63	PENHA	-0,10
16	JARDIM SAO LUIZ	-0,69	64	MANDAQUI	-0,08
17	CIDADE ADEMAR	-0,68	65	VILA GUILHERME	-0,08
18	IGUATEMI	-0,68	66	SOCORRO	-0,08
19	PEDREIRA	-0,64	67	SACOMA	-0,08
20	PARQUE DO CARMO	-0,63	68	BOM RETIRO	-0,05
21	CIDADE DUTRA	-0,61	69	SANTA CECILIA	-0,05
22	VILA JACUI	-0,60	70	ANHANGUERA	-0,04
23	ITAQUERA	-0,59	71	IPIRANGA	-0,02
24	CAMPO LIMPO	-0,58	72	TUCURUVI	-0,02
25	SAPOEMBA	-0,55	73	VILA SONIA	-0,01
26	SAO MATEUS	-0,53	74	CAMBUCI	0,04
27	SAO RAFAEL	-0,52	75	VILA LEOPOLDINA	0,04
28	ERMELINO MATARAZZO	-0,52	76	CAMPO GRANDE	0,09
29	VILA ANDRADE	-0,51	77	BARRA FUNDA	0,16
30	BRAS	-0,49	78	TATUAPE	0,17
31	SE	-0,45	79	CURSINO	0,17
32	RAPOSO TAVARES	-0,43	80	MOOCA	0,20
33	PONTE RASA	-0,42	81	CONSOLACAO	0,20
34	VILA MEDEIROS	-0,41	82	BELA VISTA	0,26
35	JACANA	-0,41	83	MORUMBI	0,27
36	JABAQUARA	-0,40	84	LAPA	0,29
37	VILA MARIA	-0,40	85	PINHEIROS	0,30
38	RIO PEQUENO	-0,39	86	SAUDE	0,36
39	PIRITUBA	-0,39	87	SANTANA	0,37
40	JOSE BONIFACIO	-0,37	88	BUTANTA	0,38
41	VILA MATILDE	-0,36	89	ITAIM BIBI	0,38
42	FREGUESIA DO Ó	-0,35	90	PERDIZES	0,41
43	ARTUR ALVIM	-0,33	91	VILA MARIANA	0,48
44	TREMEMBE	-0,32	92	CAMPO BELO	0,48
45	LIMAO	-0,32	93	SANTO AMARO	0,51
46	VILA FORMOSA	-0,31	94	JARDIM PAULISTA	0,54
47	ARICANDUVA	-0,29	95	ALTO DE PINHEIROS	0,83
48	CIDADE LIDER	-0,27	96	MOEMA	1,00

Fonte: Mapa da Exclusão/Inclusão Social. PUC/SP. 1995.

Trata-se da **busca de assegurar vida**, ou ainda de constituir padrões de segurança de vida. Isto coloca uma nova discussão: o que são padrões de vida ou de cidadania em uma cidade?

O Habitat II mostra que isto está em debate e que há grande rejeição em aceitar a concepção do “direito à moradia”. Ou ainda, quando colocamos a direito à educação ou à saúde, o que isto significa concretamente? Qual o padrão de educação ou de saúde que entendemos ser universal?

Foi desenvolvido e vulgarizado o conceito de equipamentos para suprir tais necessidades. Daí a questão se põe em inaugurar escolas, hospitais, unidades básicas de saúde, creches etc. Todavia, para estabelecer um padrão básico, não basta ter o equipamento, mas o que está em questão é como o seu funcionamento e sua manutenção de fato garantem um dado padrão de atenção. Precisamos de um **código de serviços** que faça valer os direitos dos usuários mesmo que de serviços públicos.

Qual o padrão de anos de estudos que entendemos como adequados em nossa cidade para nossas crianças e como ele se apresenta em cada região de São Paulo? O Mapa da Exclusão/Inclusão Social mostrou que, tomando por padrão o intervalo de 4 a 7 anos de estudos para os chefes de família, o Jardim Ângela, distrito campeão de violência na cidade, é o distrito que mais concentra chefes de família com menos anos de estudos (de 1 a 3 anos), com o índice de exclusão de - 0,88 (numa escala que varia de -1 a +1). O paradoxo é que, justamente, o Jardim Ângela apresenta uma oferta de vagas em escolas públicas (46.204) que supera a população dos 7 aos 14 anos da região, isto é de 34.206 crianças. Vale ainda citar que 17,06% dos chefes de família do Jardim Ângela são analfabetos.

Várias questões aqui se colocam:

- as crianças freqüentam o primeiro grau em idade mais avançada do que os 14 anos. A repetência e/ou ingresso tardio estendem a idade do primeiro ciclo até os 19 anos. Isto para os que freqüentam, já que o índice de evasão é altíssimo. Quais as chances futuras para a cidadania desta juventude?
- há, ainda, significativo número de chefes de família analfabetos na cidade de São Paulo. Pasmem, em 1991, eram 241.796. Em contrapartida a prefeitura atual

de Paulo Maluf acabou com o MOVA - Movimento de Alfabetização de Adultos, por considerar exagerado o custo de US\$ 7 dólares/mês por aluno. Em outras palavras, a cidade de São Paulo não possui um programa massivo de alfabetização de adultos. Pior ainda, a opinião pública não coloca esta questão como padrão de cidadania.

- a educação pública, principalmente, não pode a ser reprodutora de um programa formal de ensino, desvinculado da realidade do aluno da região onde a escola está inserida. Não basta ter escola e não ter uma política efetiva de inserção da criança e do adolescente.

Nesta forma de pensar estamos interrelacionando uma região, suas demandas e as possibilidades que tem de confrontar a exclusão através de novas soluções pautadas na ética social.

Nesta cidade discrepante, enquanto apenas 0,76% dos chefes de família do Jardim Ângela tem 15 ou mais anos de estudos, o Jardim Paulista chega a ter 54% dos chefes de família nesta situação. A discrepância entre os distritos da cidade é de 155 vezes, quando a variável é os 15 ou mais anos de estudo. Em outras palavras, no distrito do Iguatemi, na zona leste da cidade, os chefes de família tem 155 vezes menos, a situação de seus congêneres do Jardim Paulistano quanto ao maior acesso a escolarização.

Outra discrepância que chama a atenção é a da concentração de renda dos chefes de família que ganham 20 ou mais salários mínimos. Para cada chefe de família nesta situação no distrito de Cidade Tiradentes, encontramos 260 no distrito do Morumbi.

Por outro lado perguntamos: qual deve ser o padrão básico salarial de um chefe de família na cidade de São Paulo?

Isto é, novamente, complexo de responder. Um salário mínimo certamente não deve ser o padrão. Recentemente encontrei vários freqüentadores de abrigos para população de rua, que diziam estar ali por não poder pagar aluguel ou pensão de R\$ 130 com o salário mínimo que ganhavam. A pergunta é óbvia, o salário é mínimo para o quê e para quem?

Desdobrando este raciocínio temos que afirmar a necessidade de estabelecer uma **ética de padrões básicos de dignidade a todos** e constituir meios para que a cidade, suas vocalizações, se apropriem deste padrão, incorporem no dele fazendo uma exigência.

Outro desafio posto é o de agregar, quantidade, qualidade e territorialidade com o objetivo de garantir a vida ou, como se disse antes, assegurar vida. Aqui se delineia a concretização do que deveria ser o direito à cidade.

Fugindo da fragmentação setorial, o Mapa da Exclusão/Inclusão Social partiu de quatro grandes “idéias utópicas” para medir territorialmente esta relação na cidade de São Paulo. Partiu-se do suposto que “os títulos”: educação, saúde, transporte, salário, e tantos outros, são como gavetas onde tudo pode caber, independente dos valores que regem o pensar a saúde, a educação, o transporte etc.

A exemplo, a política de privatização tratará essas áreas sob forte interesse da lucratividade, relegando ao segundo plano a responsabilidade pública. O que se quer dizer com a defesa da responsabilidade social em cada um destes campos/gavetas?

Pensar o desejo de qualidade de vida em São Paulo exige vincular **valores** com propostas. É preciso tornar claro o que se quer e o que não se quer. A vulgarização de determinadas metas como democracia e cidadania fazem com que percam sua substancialidade. Estes desejos-valores, precisam ser acrescidos de adjetivos para substantiva-los na diferença de perspectiva de sociedade.

Dentro desta premissa o Mapa se assentou em quatro grandes utopias:

Autonomia - a capacidade e a possibilidade do cidadão suprir suas necessidades vitais, espaciais, culturais, políticas e sociais sob condições de respeito às idéias individuais e coletivas, isto é, com possibilidade de executar sua liberdade, ter reconhecida sua dignidade e poder representar, de forma pública e partidariamente seus interesses. Portanto sem a violação dos direitos humanos e político ou, ainda, sem o cerceamento à sua expressão.

Qualidade de Vida - a possibilidade de obter a melhor distribuição e usufruir da riqueza social e tecnológica dentro de uma determinada comunidade, garantindo um

ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

Desenvolvimento Humano - a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade melhor desenvolverem seu potencial, com o menor grau de privação e sofrimento e também a possibilidade de toda sociedade, coletivamente, poder usufruir do mais alto grau da capacidade humana.

Equidade - a possibilidade dos indivíduos se manifestarem a respeito das diferenças sem discriminação, quer pelo gênero, por motivos políticos, culturais, religiosos, sexuais e de minorias de uma forma geral.

É possível que cheguemos a conclusão de que o desejo de São Paulo é o desejo de uma sociedade pautada em outra relação Estado-Sociedade-Mercado que não a vigente. É possível que este desejo possa estar ainda muito distante de se concretizar, ou mesmo subordinado à outras grandes mudanças.

Mas é certo que, ignorar a universalidade da discrepância desta cidade em relação aos padrões básicos, ou ter como desculpa seu tamanho ou o stress da quantidade, certamente são soluções menores do que as vozes reclamam de uma São Paulo digna que efetive o direito a cidade a todos. É este meu desejo de São Paulo.

“Uma cidade assim é uma cidade experimental, campo aberto para novas utopias, para exercícios tão profundos de democracia quanto de despotismo. O experimentalismo sobrevivencial do povo. A globalização hegemônica de par com a globalização contra-hegemônica. A energia exuberante das causas solidárias e participativas sempre em perigo de serem corroidas pelo fisiologismo claudicante.

“Contra o pós-moderno reacionário, São Paulo é assim a cidade do pós-moderno da oposição, inquietante em vez de celebratório. Neste domínio, como em outros, verifico espantado que ou São Paulo concorda comigo, ou eu concordo com São Paulo. Tal como eu, ela pensa que está oposição inquietante exige, que em cada momento, saibamos de que lado estamos. Do lado da emancipação ou da regulação? Do lado da democracia participativa ou do despotismo, pronto a vestir do que é natural e se justifica apenas porque existe ao lado da dignidade, das diferenças, ou da indignidade e das desigualdades?

“Formular estas questões à beira do desespero mas com a ambição suficiente para lhes dar a resposta e a energia necessária para agir em conformidade, é o que se pode designar por otimismo trágico, o timbre cúmplice que faz com que eu reconheça o meu rosto no espelho de São Paulo.” (Boaventura Souza Santos, 1996)

Construir uma esperança para São Paulo não é só um assunto para autoridades e instituições mas um assunto de todos e inclusive um problema nacional e internacional.

Construir a governabilidade de São Paulo não é a arte de ampliar a legitimidade dos governantes mas sim a de reinventar a apropriação da São Paulo do futuro sob uma cultura solidária que fortaleceu a capacidade dos que aqui vivem construir seu desejo de cidade pautado na criação, acolhida e conivabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- AB' SABER, Aziz** - *Retratos de São Paulo - Contribuições para a elaboração do Programa de Governo do PT para Prefeitura de São Paulo*. Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1996.
- BATAGLIA, Luiza** - *Cadastrros e Registros Fundiários. A Institucionalização do descontrolo sobre o Espaço no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo, FAU/USP, 1995.
- GORZ, André** - In *São Paulo em Perspectiva. Questões Urbanas: espaço global e regional interiorização*. Fundação SEADE, volume 9, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro** - *A greve dos 300 mil e as Comissão de Empresa*. In Caderno CEDEC. Ed. Brasiliense, São Paulo. 1978.
- MOISÉS, José Alvaro** - *Classes Populares e Protesto Urbano*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP, 1978a.
- SANTOS, Boaventura Souza** - Discurso por ocasião da entrega do título de cidadão paulistano. Diário Oficial do Município, abril de 1996.
- SINGER, Paul** - *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* 2ª ed., São Paulo, Nacional, 1977.
- SOUZA, Maria Adélia** - In *São Paulo em Perspectiva. Questões Urbanas: O sentido das Mudanças*. Fundação SEADE, volume 9, São Paulo, 1995.
- SPOSATI, Aldaíza (coord)** - *Criança e Adolescente em Debate*. Relatório da Comissão Especial de Estudos da Criança e do Adolescente. Encarte especial do Diário Oficial do Município de São Paulo, 16 de maio de 1996.
- SPOSATI, Aldaíza (coord.)** - *Mapa da Exclusão/Inclusão Social*. Núcleo de Seguridade e Assistência Social. PUC/SP. 1995.
- SPOSATI, Aldaíza (relat.)** - *O Plano Diretor em Debate*. Relatório da Comissão Especial de Estudos do Plano Diretor de São Paulo. Câmara Municipal de São Paulo, 1995.
- SPOSATI, Aldaíza** - *Vida Urbana e Gestão da Pobreza* 1ª ed., Editora Cortez, São Paulo, 1988.

SPOSATI, Aldaíza e LOBO, E. - In *O Controle Social e Políticas de Saúde*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1992.

VILLAÇA, Flávio - In *Retratos de São Paulo - Contribuições para a elaboração do Programa de Governo do PT para Prefeitura de São Paulo*. Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1996.